



**MULHERES EM LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA POPULAR:
RELAÇÕES DE GÊNERO, DESFAZENDO OPRESSÕES, MACHISMO
E SEXISMO**
***WOMEN STRUGGLE FOR POPULAR AGRARIAN REFORM:
GENDER RELATIONSHIPS, UNDRAINING OPPRESSIONS, MACHISM
AND SEXISM***

Leandra Domingues Silvério¹

RESUMO

Neste artigo, analiso mulheres em luta pela reforma agrária popular organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O intuito é dialogar sobre suas experiências sociais na/da luta pela terra, interpretando significados das suas práxis emancipadoras que modificaram suas perspectivas nas/das relações de gênero, movendo e desfazendo estruturas patriarcais capitalistas de opressão, machismo e sexismo. As análises são embasadas em pesquisas acadêmicas com diversas fontes articuladas a bibliografia atualizada, como também com vivência própria na luta do MST e como educadora.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Sem Terra; Gênero; História; Memória.

ABSTRACT

In this article, I analyze women struggling for popular agrarian reform organized by the Landless Rural Workers Movement (MST). The aim is to discuss their social experiences in / of the struggle for land, interpreting the meanings of their emancipatory praxis that changed their perspectives in / of gender relations, moving and undoing patriarchal capitalistic structures of oppression, machismo and sexism. The analyzes are based on academic research with several sources linked to the updated bibliography, as well as with their own experience in the struggle of the MST and as an educator.

KEYWORDS: Women Landless; Gender; History; Memory.

INTRODUÇÃO

As mulheres têm sido guardiãs de sementes desde tempos imemoráveis e os seus conhecimentos e capacidades deveriam ser a base de todas as estratégias de melhoramento das culturas.

(Vandana Shiva, 1997)

¹ Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com bolsa CAPES. Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: leandra.silverio@uftm.edu.br



Neste artigo, cito na epígrafe a indiana física, filósofa, ecofeminista do Sul Global Vandana Shiva, 68 anos, por ela ser inspiração para as lutas de diversas mulheres no mundo, pois sua práxis é potente contra o sistema capitalista depredatório do planeta, contra o paradigma do desenvolvimento capitalista atrelado ao sistema patriarcal. Na década de 1970, Shiva foi uma das atuantes no movimento ecológico *Chipko* na Índia, no qual as mulheres, responsáveis pela agricultura e geração de renda no campo, reagiram e marcaram história com o gesto de abraçarem as árvores da mata para impedir o desmatamento e o lançamento de lixo atômico (PANERARI, 2017) por grandes empresas que objetivavam lucro e benefício a curto prazo com a exploração mercantil de propriedades das comunidades locais. Em 1987, Vandana Shiva fundou o Movimento *Navdanya*, que trabalha para a permanência de agricultoras e agricultores nas suas terras por meio de economias que possibilitem essa permanência, sendo, portanto, as guardiãs e os guardiões, para preservação, das sementes, em defesa da soberania, sobre as sementes e sobre os alimentos, frente às corporações do capitalismo patriarcal, essas que retiram as suas liberdades com as patentes, a engenharia genética e o monopólio das sementes (SHIVA, 2020; SHIVA, 2012). Ao longo de décadas sua práxis tem sido expressiva contra o modelo de desenvolvimento articulado às ações da globalização e do neoliberalismo, nos quais imperam modos que subjagam corpos e mentes, aprofundando as desigualdades, por exemplo, de gênero, tendo Vandana Shiva o reconhecimento internacional e premiações importantes da sua luta.

Nesse sentido, quando se pensa nas camponesas do Brasil, por exemplo, organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é possível pensar na aproximação das pautas de lutas sociais e de processos de (re)existências dessas mulheres e Vandana Shiva. Obviamente há limitações na aproximação, contudo, no que tange às mulheres Sem Terra² em luta pela reforma agrária popular, importa observar que são mais de três décadas de existência que evidenciam no cotidiano saberes e conhecimentos potentes para o melhoramento das culturas, ou seja, do ato de plantar, colher, alimentar, educar, viver, entre outros. Dessa forma, o intuito desse artigo busca dialogar e interpretar as experiências sociais de vida, trabalho e organização de mulheres camponesas, que apontam, dentre as muitas possibilidades, para a

² Conforme Caldart (2004, p. 20), “Sem Terra” tornou-se um nome próprio.



emancipação e ressignificação, em especial, das relações de gênero, movendo estruturas patriarcais capitalistas de opressão, machismo e sexismo.

Para a análise do artigo em questão utilizo parte do acervo de documentos e fontes, em especial a oral³, produzidos por mim em pesquisas acadêmicas concluídas na graduação em História (SILVÉRIO, 2003), mestrado (SILVÉRIO, 2006) e doutorado (SILVÉRIO, 2012) em História Social, para além de estudo⁴ de bibliografias atualizadas de autores/as de diversas áreas do conhecimento que abordam assuntos da reforma agrária, organização e movimentos sociais Sem Terra, de mulheres brancas e não-brancas, do povo negro e indígena, da população LGBTQPIA+, de feminismos, ecofeminismos, de interseccionalidade de raça, gênero, classe e sexualidade. A reflexão também fundamenta-se nas minhas experiências de outrora como militante orgânica do MST, como também de consumidora de alimentos agroecológicos produzidos pelas famílias dos assentamentos de reforma agrária da região e cidade em que resido, e do trabalho docente do ensino superior pautado na pesquisa, ensino e extensão.

Vale ressaltar que, ao longo dos anos das pesquisas mencionadas na graduação e na pós-graduação, abordei, entre outros aspectos, as condições de vida, trabalho, moradia, alimentação, educação, saúde, lutas e resistências de mulheres e homens Sem Terra de Uberlândia e de Veríssimo, municípios da região do Triângulo Mineiro, territórios esses marcados pelos avanços depredatórios do agronegócio, ou seja, o estudo é focado em dois grupos de Sem Terra: o do assentamento Emiliano Zapata do MST, em Uberlândia, e o do assentamento 21 de Abril, que inicialmente estava sob a organização do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), em Veríssimo.

As mulheres Sem Terra com as quais dialoguei evidenciaram o seu empoderamento (SARDENBERG, 2006; BERTH, 2018) por meio dos modos como elas foram adquirindo na experiência social de luta pela reforma agrária popular a consciência de si e de seu papel na emancipação política, econômica, social, cultural, tendo impactos importantes de transformação na vida e na organização coletiva, com base no princípio e prática, por

³ Entrevistei, entre 2001 e 2012, um total de 10 mulheres e 12 homens. Algumas pessoas foram entrevistadas mais de uma vez nesse período. Todas as entrevistas, incluindo as que são citadas neste artigo, foram realizadas e transcritas por mim.

⁴ Este artigo está vinculado aos estudos atuais realizados via o Laboratório de Estudos de História Agrária, Afro-brasileira e Movimentos Sociais (LEHAMS), da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), e ao seu projeto “Estudos de Educação, Gênero, Campo e Cidade”, ambos coordenados por mim e registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFTM.



exemplo, da cooperação. Observei que o engajamento em um movimento social de luta pela terra, que impulsiona e desafia cotidianamente a reflexão, a autoformação sobre, entre outras questões, relações e educação de gênero, fomentaram para que muitas delas, na prática social, se fortalecessem na compreensão de que são elas próprias fazedoras de suas vidas, resistindo e lutando contra o machismo, sexismo, individualismo e toda forma de dominação e opressão do patriarcalismo convergente com o capitalismo.

MULHERES SEM TERRA: DESFAZENDO DIFERENTES FORMAS DE OPRESSÃO

Na seleção das pessoas para entrevista acadêmica pautei-me por não selecionar apenas aquelas líderes do Movimento, mas quem estava na base e na luta pela terra há mais tempo. No caso das pessoas do grupo do MST, o qual iniciou a luta com a primeira ocupação de terra em 1999 e, somente em 2004 iniciou-se o processo complexo do assentamento, até serem assentadas, elas passaram por diversas reintegrações de posse das áreas que ocuparam e após cada um desses despejos reorganizavam-se para novas ocupações. Assim, busquei o diálogo com quem teve condições de resistir nessa luta, e, nessa resistência, as mulheres foram fundamentais para a permanência na terra ocupada, pois, para isso, por exemplo, sem recurso ou com limitado apoio para o fornecimento de alimentação, remédios etc. por parte de instituições públicas, algumas famílias precisaram decidir quem ficaria no acampamento e quem iria para a cidade, como muitas pessoas me disseram, “fazer bicos” de trabalho. Desse modo, as mulheres dessas famílias ficaram nos acampamentos, cotidianamente, enfrentando debaixo de lona, sol, chuva, calor, frio extremos, e vivenciaram inúmeros outros conflitos, confrontos e situações complexas, nas quais o que não as matavam ou desmotivavam, as fortaleciam.

Questões feministas emergiram nas narrativas orais das mulheres Sem Terra sobre histórias de vida, memórias da luta e da conquista da terra, dos lugares de fala, liderança, trabalho, estudo, formação, criação dos/as filhos/as, da autoridade para tomada de decisões importantes para suas famílias e comunidade. Nas narrativas orais dos homens Sem Terra as mulheres são acionadas como norteadoras de deliberações que mudaram suas vidas e, assim, desafiados a reconhecerem-nas como companheiras de luta e/ou de vida, muitos deles mudaram seu modo de vê-las e tratá-las.



Em determinadas famílias a decisão de entrarem para o movimento social foi tomada com a participação efetiva e incisiva das mulheres. Na complexidade dessa decisão, a narrativa da entrevistada, no acampamento Emiliano Zapata, no ano de 2001, Rosana Maria dos Santos Cabral é significativa:

[...] nós sentamos com o pessoal [militantes do MST] que tava fazendo trabalho de base e eles explicaram pra nós como era o Movimento. Daí nós sentamos, conversamos, eu mais meu marido, mais minha mãe, meu pai, aí nós, assim, fizemos um [...] lembramos um pouquinho da nossa história [...] vimos que é da roça mesmo que nós tirava [...] sempre voltou pra roça, né, sempre gostou mesmo e [...] às vezes era uma boa oportunidade ali, às vezes nós ia conseguir alguma coisa [...] foi assim [...] foi às vezes trocando ideia lá com todo mundo, com o pessoal mesmo (CABRAL, 2001).

A partir do momento em que aderem à luta pela terra, as mulheres, norteadas pelas vivências, memórias, conhecimentos e saberes da roça, na busca por melhorar as condições de vida, defrontam-se com preconceitos e discriminação social, pois é notório que passam a viver sob os estigmas sociais de criminosas, oportunistas, entre outros adjetivos negativos imputados pelas forças dominantes capitalistas patriarcais, com destaque para o papel da mídia elitista e conservadora na propagação daqueles estereótipos sobre as pessoas que lutam pelo direito constitucional da reforma agrária⁵. Entretanto, o que me chamou a atenção nesses marcadores sociais é a questão de gênero, pois os homens Sem Terra são vistos com os preconceitos apontados, mas a condição de mulher as deixa susceptíveis a humilhações, agressões verbais, psicológicas e até mesmo física, com conotação por gênero, ou seja, sendo expostas às falas de que mulher não deveria estar nesses lugares e, ainda que tais lugares seriam supostamente de homens. Aqui há que se observar algo complexo, já que tanto do ponto de vista da oposição a essa luta, como de alguns próprios agentes delas, o machismo, o sexismo ainda podem ser praticados, mesmo que em um processo de confrontação, pois vivem sob as normas do Movimento que prega e exige, entre outros princípios, a igualdade de gênero. Portanto, para as mulheres Sem Terra não importa o lado das forças políticas em que estão, se são elas conservadoras ou progressistas, se de opressão ou de resistência, as mulheres, por serem mulheres, precisam encarar situações provocadas por ambas, obviamente com as especificidades de cada uma dessas forças opostas. Têm, assim, essas sujeitas que

⁵ Ver Art. 184 da Constituição Federal de 1988.



provar o direito de estarem na luta pela terra e construírem espaço e compreensão de que o lugar delas é onde elas desejarem estar.

A luta contra o sexismo e o machismo dentro do MST, em suas muitas áreas⁶ pelo Brasil, é objeto de reflexão e busca-se a prática de combatê-los. São mais de 30 anos de existência do MST e muito já se avançou nas relações de gênero, porém muito ainda há a fazer, já que o patriarcado há séculos consolidou seus paradigmas. Em áreas/coletivos de mais tempo de convivência, onde as pessoas estão organizadas e norteadas pelos princípios e valores socioculturais, políticos e econômicos do MST, podem ser inspiradoras as possibilidades de erguerem-se sociedades diferentes no quesito relação e igualdade de gênero, contudo, ainda é possível em outras áreas e espaços a tentativa de dominação, sobretudo quando as mulheres estão em postos de coordenação, firmando-se por isso tensões de diferentes ordens, o que nos leva a pensar nas práticas de homens externos, ou não, do MST que tentam o silenciamento e o desestímulo das mulheres, e como é necessário que elas se organizem e estejam atentas para combaterem tais pensamentos e atos.

Ainda, constatam-se nesses complexos processos do patriarcado desafios para algumas mulheres rumo à emancipação. Ou seja, ainda é possível que mulheres empoderadas nos espaços de luta possam ser alvos de disputas, de certa rivalidade, vindas de homens e também de algumas mulheres, que ainda não tomaram consciência de si e das outras, no sentido da sororidade, que é “[...] a ideia de pacto, aliança ou união entre mulheres: algo desejável, revolucionário e que os discursos se propõem a ensinar” (LEAL, 2019, p. 96). O desdobramento disso para as mulheres é a intensificação do peso da luta pela reforma agrária popular, já que precisam atuar em outras e mais frentes de batalhas em relação aos homens para forjar a luta antiopressão, contra o patriarcado, na formação de coletivos de gênero dentro dos acampamentos e assentamentos, para que a união entre elas não fique somente na teoria e se torne práxis, na qual, também, os homens possam se desconstruir dos legados colonialistas patriarcais.

Nesse ponto há outras pautas importantes a se considerar, como a que diz respeito à racialização da sociedade brasileira, sendo, no caso, necessário refletir sobre possíveis limites e desafios da sororidade em uma sociedade estruturada no racismo.

⁶ O MST está presente em 24 estados nas cinco regiões do país e tem cerca de 350 mil famílias organizadas (MST, 2020).



Nesse sentido, é basilar pensar a partir da interseccionalidade (CRENSHAW, 2015; AKOTIRENE, 2019), isto é, da intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade sobre toda e qualquer forma de opressão da população de mulheres, negras, LGBTPQIA+, Sem Terra. Kimberlé Williams Crenshaw há mais de três décadas nomeou o conceito de interserccionalidade, que, como ela diz, antes de ser um termo já era uma realidade:

[...] é uma sensibilidade analítica, uma forma de pensar sobre identidade e a sua relação com o poder. Originalmente criada em nome das mulheres negras, o termo trouxe à luz do dia a invisibilidade de vários elementos dentro de grupos, que apesar de reclamarem essas pessoas como seus membros, regularmente falham na sua representação. As supressões dentro da interseccionalidade não são exclusivas das mulheres negras. Pessoas de cor dentro do movimento LGBTQ; raparigas de cor na luta contra a via escola-prisão; mulheres dentro dos movimentos imigrantes; mulheres trans dentro dos movimentos feministas; e pessoas com deficiências a debater o abuso por parte da polícia – todas enfrentam vulnerabilidades que refletem intersecções de racismo, sexismo, opressão de classes, transfobia, capacitismo, entre outras. A interseccionalidade deu a vários activistas uma forma de apropriar as suas próprias circunstâncias e lutar pela sua visibilidade e inclusão. [...] A interseccionalidade tem sido o estandarte que tem feito inúmeras exigências pela inclusão, ainda assim um termo isolado não pode fazer mais do que as pessoas que têm o poder de exigir. [...] (CRENSHAW, 2015, s/p).

Frente a essas questões, destaca-se como o MST tem se preocupado com as relações de gênero no Movimento e, nesse sentido, organiza, por exemplo, setores e coletivos responsáveis pela superação da desigualdade e opressão de gênero, os quais produzem muitas ações, dentre elas materiais de estudo destinados às suas bases e às coordenações. Portanto, são cartilhas, livros etc. que organizam e sistematizam essa temática. Em março de 2006, um desses materiais informavam:

O Setor de Gênero do MST é fruto de uma longa trajetória de luta *das mulheres Sem Terra por maior participação no MST, para conquistarem mais oportunidades de serem dirigentes e militantes do movimento*. [...] Após muitos anos tentando conquistar espaço no MST por meio da organização das mulheres em espaços específicos, as lideranças femininas Sem Terra começaram a debater esses problemas a partir do conceito de gênero, em meados dos anos de 1990. [...] Estudando a questão de gênero as mulheres Sem Terra deram conta que precisavam envolver o conjunto da organização no debate e na construção de condições objetivas para garantir a participação das mulheres. Afinal aprendemos na experiência de mais 20 anos do MST que é participando que se eleva o nível de consciência. E foi a partir dessa necessidade e de todo um processo de discussão interna que *foi criado o Setor de Gênero, no Encontro Nacional do MST de 2000*. [...] Este setor tem a tarefa de animar o debate de gênero nas instâncias e setores do MST, conduzir as reflexões sobre essa temática nos espaços de formação, elaborar materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuam para uma participação igualitária de homens e mulheres no MST, bem como cobrar a implementação de linhas políticas de gênero. [...] *Também é papel do setor [de gênero] questionar coisas que são consideradas 'naturais' tanto no conjunto da sociedade quanto no*



MST, mexer com ideias, concepções, nas regras e comportamentos machistas, mostrando a necessidade de uma nova consciência e uma nova prática de homens e mulheres se quisermos de fato construir uma nova sociedade (MST, 2006, p. 24-25) (grifo meu).

Aqui revelam-se aprendizado, organização e potência das mulheres Sem Terra: mais que propor, elas agem e revolucionam o cotidiano dos eventos, espaços, acampamentos e assentamentos do MST. O impacto dessas ações na vida individual e coletiva de integrantes desse Movimento são imensuráveis e constatáveis em práticas multiplicadoras no sentido de uma pedagogia que é exemplo a ser seguido. Na citação, é relevante a consciência de que a pauta gênero e combate ao machismo é uma mudança de ideias, valores e comportamentos que envolvem, tanto os homens, quanto as mulheres, a partir do questionamento dos papéis sociais, culturais e historicamente definidos, para o que supostamente seria coisa/tarefa/atividade de homem e de mulher, de forma hierarquizada, opressiva. Quando o MST (2006) afirma que propõe erguer uma nova sociedade, essas mulheres dizem que essa nova sociedade só será possível se o machismo e a desigualdade de gênero forem superadas. Por isso, ao longo da história do MST, as pautas de lutas têm se estendido e as mulheres foram e são ativas nesse movimento.

No que tange à ampliação de pauta de diversos movimentos sociais, a tida como identitária, por vezes tem sido minimizada e até mesmo, desqualificada por determinadas perspectivas, ao contrário de ser entendida como a que apregoa, fundamentalmente, o universal direito à vida e à dignidade; o que bastaria para o reconhecimento de sua extrema importância nas lutas pela justiça social, sobretudo, diante do bárbaro índice, no Brasil, de violência sofrida, por exemplo, pela população: negra, mulher e LGBTQPIA+. Conforme o Atlas da Violência de 2020, entre 2008 e 2018 aumentou em 11,5% o homicídio de pessoas negras, em 4,2% o assassinato de mulheres. Em relação ao recorte de gênero e raça, o homicídio de mulheres negras subiu para 12,4%, tendo aumentando, além desses, entre 2011 e 2018, o crescimento em 127% de denúncias de homicídios de LGBTQIA+ (IPEA, 2020). Esses são números absurdos, mas que ainda podem ser bem maiores, já que o estudo aponta para a existência de subnotificação desses casos e uma série de outras dificuldades para o levantamento desses dados.

No processo histórico de conscientização e visibilidade de pautas, no ano de 2015 militantes do MST fundaram o *Coletivo LGBT Sem Terra*, na Bahia. Entretanto, a auto-



organização das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT)⁷ no MST tomou maior evidência a partir de 2013 e pode ser entendido como um legado das ações do *Setor de Gênero*. Naquele ano, o MST, junto com o Movimento LGBT, participou da marcha contra a homofobia realizada em Brasília e, em “2014, no VI Congresso do MST algumas questões referentes a este tema foram suscitadas a partir da demarcação dos espaços por esses sujeitos, como a matéria veiculada sobre as pessoas trans” (MST, 2017, p. 07), enquanto no Ceará ocorreram espaços de formação e estudo sobre a temática. Na Bahia, esse debate deu-se em conjunto com marchas estaduais a partir da Agitação + Propaganda (AGITPROP). Em 2015, no dia do Orgulho LGBT, aconteceu uma roda de conversa na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e todas essas ações conduziram à realização do I Seminário *O MST e a Diversidade Sexual*, na mesma escola, contando com a participação de 35 militantes LGBT de 13 estados. Portanto, formalmente estabeleceu-se a entrada da questão LGBT na pauta do Movimento (MST, 2017). Em 2016, o Coletivo LGBT do MST participou da Parada do Orgulho LGTBQIA+, em São Paulo (PINA, 2016).

Em janeiro de 2016, o MST deliberou pela alteração nas suas normas gerais para incluir a pauta LGBT na organização, dessa forma estabelecendo o combate à LGTBfobia como uma tarefa/atividade, modificando os seus materiais de divulgação e formação política, conforme as seguintes orientações:

1.3 Natureza do MST: *participam no Movimento, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, todos os membros da família: homens, mulheres, idosos, jovens e crianças.* 3.6 Educação e Cultura: *os membros devem combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, identidade de gênero e orientação sexual, etc.* 3.7 Direitos Sociais: *combater todas as formas de violência contra as mulheres, crianças e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), penalizando exemplarmente seus praticantes* (MST, 2017, p. 21) (grifo do autor/MST).

Em 2021 completam-se seis anos do *Coletivo LGBT do MST*, cujo lema é emblemático: “O Patriarcado destrói, o capitalismo faz guerra, o sangue LGBT também é sangue Sem Terra”. Em décadas de existência o MST ampliou suas “bandeiras”, lemas e a noção de latifúndio, passando a entender que “reforma agrária é também ocupar o latifúndio

⁷ A referência é feita conforme o MST, contudo é importante dizer do avanço e inclusão de outras identidades de gênero na sigla, como P: Pansexuais, Q: Queer, A: Assexuais, I: Intersexuais e +: inclusão de quem não se sente representado por nenhuma das outras letras, portanto LGTBQIA+.



do saber”. Contudo, a questão racial é algo a ser enfrentado no MST de forma organizada e sistematizada, tanto quanto, as questões de gênero. Souza (2017) analisa que:

De acordo com a militante negra baiana Vera Lúcia Barbosa (Lucinha), o MST, ao construir a luta pela Reforma Agrária, faz também a luta racial na prática, pois, no Estado da Bahia, por exemplo, a estética das pessoas que formam os assentamentos e acampamentos é negra. ‘A gente faz a luta racial na prática quando fazemos um acampamento, um assentamento, na cidade onde aquelas pessoas se surgem como sujeitos. Então você resgata a autoestima da pessoa como pessoa, enquanto trabalhador rural negro e negra porque eles se impõem’. Ao afirmar que a luta do MST pela Reforma Agrária é por si só uma luta pela superação do racismo, Lucinha reitera, porém, que o que falta no Movimento é um avanço na estruturação da temática racial de modo que esteja inserida em torno dos eventos. Segundo ela, essa é a diferença dos quilombos para os assentamentos do MST: ‘Você vai visitar os quilombos, é um espaço aonde as pessoas se organizam e se definem como negros e negras, se organizam como tal, o que a gente ainda não conseguiu foi chegar nesse estágio’. Encontramos no MST uma abertura para a temática, porém, o Movimento não desenvolveu ainda um debate sobre as desigualdades raciais e a pauta racial não está na estratégia de luta do MST como, por exemplo, a questão de gênero e recentemente a questão LGBT. Inclusive os militantes negros bem como os demais discutem essas temáticas, mas ainda não adentraram na questão racial da mesma maneira (SOUZA, 2017, s/p).

A fala de Vera Lúcia Barbosa diz muito sobre limites e desafios na organização da luta do ponto de vista da interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade no MST, o que aponta para a necessidade e a urgência de uma aceção mais profunda e organicidade da reforma agrária popular, da práxis que acolha a diversidade e integre a questão racial no combate a toda e qualquer forma de opressão, discriminação e preconceito. O fato é que, sem enfrentar sistematicamente em todos os espaços o racismo, pouco se modifica, tal como o sentimento e a visão da militante Barbosa anunciam. Vale ressaltar, conforme os apontamentos de Vera Lúcia Barbosa (SOUZA, 2017), nos acampamentos e assentamentos analisados é importante a presença da população não-branca.

Na época das pesquisas, as mulheres entrevistadas estavam na faixa etária entre 30 e 60 anos, com trajetórias em comum, ou seja, de origem camponesa ou urbana empobrecida, migrante, escolaridade formal incompleta, com identidade cisgênero, em casamento heterossexual, mães, tendo sido entrevistadas brancas e não-brancas.

O conteúdo e o método de organização do MST são propulsores e reveladores para as mulheres Sem Terra, entre outras questões, do quanto o estudo é algo importante para a compreensão do modo como elas foram historicamente alijadas de direitos, como o da



educação, da terra, da igualdade. Sobre esse tema, uma das entrevistadas no assentamento Emiliano Zapata, Teresinha Gomes Nunes, em 2011, analisou:

[...] valeu a pena vim, a ter se tornado aqui, vim morar na fazenda [no assentamento], e se tornar uma militante. Porque eu viajei muito, isso aí fez parte também, cheguei até a coordenação estadual, sabe? Já fui até coordenadora estadual, então, tive em vários setores no Movimento, que eu fui setor de saúde, setor de alimentação, então, isso tudo. Agora, eu estou sendo fiscal da Associação [...] eu estou feliz, estou achando bom. Foi muita coisa que aconteceu, desenvolvi muito, participei muito, aprendi muita coisa que eu não sabia. Aprendi no Movimento, as normas, mesmo as leis, muitas coisas da lei eu aprendi no Movimento, foi muito bom! Então, fiquei muito feliz [...] (NUNES, 2011).

Nunes (2011) expressa um sentimento e uma compreensão de que na luta pela terra tornou-se uma militante. E o que seria essa luta? Como ela se organiza? A resposta é: sobretudo, pelo que acreditam ser a pedagogia do exemplo, de inspiração em Paulo Freire (1996; 2003). A organicidade do MST faz-se em valores que instigam a reflexão e a prática em todo e qualquer evento do Movimento, almejando a igualdade na participação de crianças, jovens, idosos/as, mulheres e homens no acesso ao conhecimento, à educação. Falando de dentro, Nunes (2011) afirma como esse processo possibilitou-lhe consciência da sua potência ao conhecer um mundo diferente e maior do que aquele que conhecia antes da luta, movendo estruturas e erguendo nova base para decisões importantes. Sobre tudo, adquiriu o entendimento de leis, obviamente relacionadas à questão da terra, das quais, entretanto, se desdobram noções de outros direitos e lutas como o da mulher ter o acesso ao campo e ao respeito. Nunes (2011) evidencia orgulho de si mesma, de saber que iniciou a luta na base do MST e atingiu altos postos de liderança e de relevância para o coletivo, apontando para compreensão de que as conquistas de outras pessoas da comunidade dependem também do trabalho dela.

Sobre o aprendizado adquirido nas experiências de reuniões, cursos, marchas, jornadas, entre outras formas de organizar a luta do MST, em entrevista no assentamento Emiliano Zapata, no ano de 2005, Teresinha Gomes Nunes afirmava como via a si própria:

[...] mudei muito, mudei assim, porque de primeiro eu não tinha coragem de chegar nos lugares, né, sair nos lugares encarar as pessoas e falar e tal assim e hoje não, hoje eu não tenho vergonha [de] chegar e conversar com a pessoa, explicar o quê que é. No começo eu tinha vergonha, mas hoje em dia eu não tenho não, eu fui aprendendo, né, nos cursos que eu fui fazendo, assim fui tendo a noção, conhecendo e aprendendo e passando pra outras pessoas. Então, eu acho que eu mudei muito, até em parte assim de comunicar com as pessoas melhorou (NUNES, 2005).



Com os apontamentos de Nunes (2005) é possível pensar o MST como um movimento Sem Terra educador, ou seja, que transforma as pessoas e os modos como se relacionam socialmente e com o meio ambiente, assim multiplicando ações emancipadoras. Ao abordar o campo das expectativas de futuro pautadas pelas reais e materiais condições que já havia vivido, em 2011 ela disse:

[...] nós gostaríamos assim de plantar! [...] plantar o feijão [...] arroz, arrumar umas vaquinhas pra tirar um leite, pra fazer queijo, pra ter fartura dentro de casa, pra, assim, ter plantação, uma horta. Eu já plantei horta aí ano passado, eu vendi muita alface, plantei 15 canteiros de alface, vendi alface bastante.

Entrevistadora: Você vendia na cidade?

Entrevistada: Levava na cidade pra vender, vendia, plantava aqui e vendia lá, as alfaces. Já vendi pimenta também, plantei pimenta, eu tinha vontade também de plantar, fazer um cercado e plantar muita pimenta. Isso eu consegui em 2000 [...] em 2008 eu plantei pimenta, aí vendi muita pimenta [...]. Plantei alface o ano passado [...] 2010, plantei muita alface também, vendi, consegui vender na cidade. Então, assim, a gente tinha o sonho de ter as coisas [...], a nossa maior preocupação era assim, de morar aqui [assentamento] e poder viver daqui [...] e isso está indo aos poucos, mas eu creio que, se Deus quiser, futuramente vai poder todo mundo [a família] estar trabalhando aqui dentro mesmo, pra tirar o sustento daqui mesmo [...] já tá caminho meio andado [...] muita coisa, parte de verdura, a gente já tira daqui, quase não compro mais verdura na cidade [...] (NUNES, 2011).

Em espaços patriarcais, conservadores, a fala dessa mulher está associada à de homens, tidos como os “chefes de famílias”, e aqui revela-se como o lugar da mulher camponesa Sem Terra, que, na luta para consolidação do assentamento de reforma agrária popular, batalha para fazer seu lote produzir, que vai para a cidade e comercializa sua produção. Importa observar como esse trabalho de produção de alimentos de Nunes e das demais pessoas do assentamento impacta não somente sua própria vida, mas também a de quem mora na cidade e recebe produtos e alimentos de qualidade, agregados de histórias, memórias e experiências sociais. Então, também faz a diferença para Nunes, saber que ela é importante para outras pessoas nesse sentido.

Em uma perspectiva de divisão do trabalho familiar, Nunes (2011) explicou como estava se organizando diante da dificuldade financeira:

Nunes: Se virando. Ele [o marido] está tendo de trabalhar [na cidade], eu fico aqui com os meninos, tomo conta aqui do assentamento e ele tem de ir pra cidade trabalhar.

Entrevistadora: O que ele está fazendo?

Nunes: Ele mexe com mercadoria [...] e final de semana que ele está aí, ele ajuda a gente a fazer alguma coisa que, às vezes, nós não damos conta, fica pesado pra mim e os meninos. Aí ele ajuda plantar, às vezes fazer alguma coisa, olhar cerca, olhar



esses trem, capinar, ele ajuda, final de semana ele ajuda, sábado e domingo ele ajuda (NUNES, 2011).

Já que era inviável depender da precária ou nenhuma política pública de promoção da produção nos assentamentos de reforma agrária, restava para a família de Nunes buscar outras formas de complementação da renda para o seu sustento digno. O que pode até mesmo gerar dilemas, porque essas pessoas, vivendo as contradições da luta pela terra, são sujeitadas aos rasos e implacáveis julgamentos sociais, midiáticos – por parte de quem usa de má-fé ou não conhece as implicações sérias do viver em assentamento sem uma efetiva política pública para tal – de abandono ou de não permanência nos seus lotes. Entretanto, o que importa nessa narrativa é se ater ao protagonismo da mulher na organicidade do trabalho, da (re)produção da terra e da vida.

Com relação a experiências sociais que se assemelham, são compartilhadas (KHOURY, 2001), outra mulher, Teresa Pacheco do Carmo, entrevistada em 2005, no assentamento Emiliano Zapata, narrou sobre suas expectativas e, dialogando com Teresinha Gomes Nunes, explicitou a consciência das relações e modo de produção no assentamento rural e o que poderia naquele momento comercializar: “[...] eu vou mexer com fruta [...] é banana, jaca, manga, abacate, laranja não! Que laranja [...] dá muita complicação. Mais é esse tipo de coisa aí dá menos mão de obra, o mel nós vamos mexer com mel e [também] as galinhas, [com] porco, mas o forte mesmo vai ser a banana” (CARMO, 2005).

Essas mulheres analisam as viabilidades de produção em suas terras, revelando seus conhecimentos e saberes na lida com as plantas e sementes, no modo como cada uma se adapta e se reinventa na sua região, sobretudo trazem o olhar perspicaz de que tipo de produção lhes renderá maiores benefícios econômicos e bem-estar. Afinal, o que querem é ter condições de viver no local que escolheram e que reivindicaram como direito constitucional de ali estar, mostrando-se conscientes da importância de se manterem saudáveis e de terem cuidados consigo mesmas, assim como com a fertilidade da terra para as gerações futuras. Essas narrativas significam e dizem muito sobre o lema escolhido por essas pessoas em movimento: “se o campo não planta, a cidade não janta”. Evidenciam a disposição de enfrentar os fornecedores advindos do agronegócio, das redes de supermercados e hipermercados, destacando o diferencial e a vantagem da qualidade, isto é, de ser alimento sem nenhum veneno, ou com maior redução dele, que elas disponibilizam para o mercado, conhecimento que detêm, já que, ao entrarem para o MST, são envolvidas em ações de



instrução e formação sobre os impactos da produção com agrotóxico, que adoce e mata humanos, não-humanos, terra e que depreda os recursos naturais, à qual se contrapõem com seu projeto da agricultura orgânica, agroecológica.

Sob essa perspectiva, é necessário pensar os caminhos, significados e importância que a agroecologia tem adquirido ou não nas diversas frentes de forças de oposição ao agronegócio. Sobre isso as análises da Maria da Graça Costa (2019) são elucidativas ao questionar a real possibilidade de se construir a agroecologia enquanto projeto de transformação social, se não houver o rompimento com as epistemologias dominantes e com os silenciamentos, as desigualdades e as apropriações dos saberes constituídos pelas mulheres:

Frente a isso, as mulheres da agroecologia, em diálogo com os feminismos plurais, com as tradições camponesas e cosmovisões afro-ameríndias, vêm construindo conhecimentos e estratégias políticas que deslocam os lugares instituídos de saber e poder e ressignificam tais tradições. Assim, elas tornam evidente a necessidade de investir no projeto de descolonização dos saberes e dos discursos na agroecologia. Tal processo passa, necessariamente, por trazer à tona os saberes, práticas e estratégias políticas construídas por grupos subalternizados, notadamente as mulheres negras, indígenas e camponesas, no centro do debate a partir dos seus lócus de enunciação (COSTA, 2019, p. 219).

Por isso, considero importante se ater à escuta sensível das mulheres de diferentes organizações sociais e regiões do país, para cada vez mais alcançar os resultados desejáveis de um projeto social, político e econômico da agroecologia, ou seja, aquele que supere as estruturas capitalistas patriarcais.

Na elaboração que fez da experiência de luta e das condições da nova vida, para a entrevistada Carmo (2005),

[...] A vida aqui no assentamento, ela está, assim, agora eu estou achando ela tranquila ela já teve muito agitada, mas agora ela está tranquila. É, a gente conseguiu chegar num ponto que a gente queria que era [...] adquirir um pedaço de terra da gente. Nós conseguimos com muita luta, mas conseguimos. Foi assim difícil pra gente chegar até aqui, mesmo depois da terra adquirida [...] Mas, graças a Deus, estou sentindo que a coisa está mais tranquila e pra todos a coisa vai se encaminhando. Uns com mais dificuldade, ainda parece que não conseguiu absorver, né, que está, assim, dentro do seu objetivo, eles ainda não conseguiu ter a noção do que que aconteceu na vida dele, dentro das lutas parece que ele está assim meio perdido, mas eu já estou tranquila e consciente daquilo que eu queria, que era isso aqui. Meu objetivo é agora ir pra dentro do meu lote, e produzir, produzir o que a gente der conta, pra sobreviver, dar uma vida melhor pros filhos (CARMO, 2005).



Essa mulher, após o turbilhão de ações e sentimentos na luta pela terra, sente a conquista e provoca a seguinte reflexão: o cuidar da família, função histórica e social atribuída de forma opressiva e sexista às mulheres, pôde agora se transformar em uma práxis libertadora no sentido de, a partir daquele momento, ser possível tomar o controle de sua vida, o que sempre desejou, libertando-se dos mandos e desmandos de um patrão e da miserabilidade, e tornando-se a provedora do bem viver para si e seus filhos.

Ao longo da história do patriarcado convergente com o capitalismo, as mulheres foram separadas dos homens e colocadas no lugar do sustento e do cuidar da vida, das crianças, do marido, das tarefas da escola, da casa, de cozinhar, de lavar, de passar, das tarefas ligadas à reprodução da vida, praticando cotidianamente trabalhos que ainda há resistência em serem reconhecidos como trabalho. Dessa forma, não por uma questão biológica, mas sim cultural e social, as mulheres aprenderam e praticaram multidimensionalidade, diversos trabalhos referentes à vida e, por isso, de acordo com Vandana Shiva (2013; 2012), as mulheres tornaram-se “experts multifuncionais”, experts em dar à luz, cuidar do solo, da água, das sementes, da comida, entre outras coisas, em uma “economia do cuidado”, sendo isso, portanto, a própria potência das mulheres na transformação do mundo, do sistema vigente de opressão, hierarquização. Segundo Shiva (2020):

O ecofeminismo é uma cosmovisão que reconhece que os seres humanos são parte da natureza, não uma entidade separada dela. Pela noção de interconexão através da vida, a natureza e as mulheres são seres vivos e autônomos, não objetos inertes passivos, explorados e violados pelo poder masculino. A criatividade e a produtividade da natureza e das mulheres são os fundamentos de todos os sistemas de conhecimento e de todas as economias, apesar de ser invisíveis aos olhos do patriarcado capitalista que, como visão de mundo, como sistema de conhecimento e como forma de organização da economia, formou-se durante séculos por efeito do colonialismo, o industrialismo dos combustíveis fósseis e o uso da violência, a cobiça e a destruição da natureza e das culturas. O patriarcado capitalista considera que a natureza é matéria inerte e as mulheres seres passivos (SHIVA, 2020, s/p) (grifos da autora).

A epistemologia analisada por Shiva (2020) inspira a reflexão da relação entre humanos, não-humanos e natureza e, nesse sentido, interessa entender o lugar das mulheres e no que tange às Sem Terra em análise, cujas experiências sociais adquiridas na luta coletiva, no trato da família, ampliaram os seus conhecimentos e também suas aspirações. Conscientes de que não mais estão sob as amarras de um tutor, de homens que as tentaram calar durante a vida pregressa, proclamam, por suas palavras e ações, que o lugar da



mulher é também nos negócios da terra, da produção econômica, do sustento dela e da família.

A senhora Eva Lima dos Santos, em entrevista no ano de 2005, no assentamento Emiliano Zapata, contou sobre seus pensamentos, sentimentos da vida em um assentamento rural. Interpretando as experiências da migração do campo para cidade e vice-versa, trazendo muitos significados, ela disse:

Entrevistadora: Poderia falar como é o dia a dia no assentamento?

Santos: É uma maravilha o dia a dia! A gente levanta [e] vai tratar dos porcos, das galinhas, depois vai pra roça, depois volta pra fazer o almoço [...], pra mim, é coisa mais importante, a coisa que eu mais desejava era morar na roça e não na cidade, porque eu fui nascida e criada na roça, eu sai da roça [eu] tinha dezessete anos, aí casei [e] fiquei na cidade parece que foi dez, foi doze anos [e] voltei pra roça de novo.

Entrevistadora: [...] me conta como foi essa trajetória da senhora?

Santos: Eu nasci na roça [e] com dezessete anos fui pro Paraná e cheguei lá eu conheci meu esposo, nós namorou 1 ano [e] depois de 1 ano nós casamos. Aí foi que eu vim pra cidade, porque ele era da roça, mas o pai dele vendeu o sítio que tinha [e] eles tinham que vir pra cidade, chega na cidade, aí como não tinha profissão [...] voltamos pra roça novamente e na roça foi que nós fomos até hoje, aí surgiu o povo Sem Terra [...]

Entrevistadora: Quais os benefícios de ser assentada?

Santos: Nossa, é muita coisa, é meu sonho [que] está realizando. O sonho d'eu ter meu lugar, d'eu falar assim: 'daqui eu não vou mudar mais'. E eu ter minha plantação, ter minha criação, o que é minha vida. Então, aqui a gente tem aquele sonho que não vai mais sair daquele lugar, isso é o que eu sinto, está meu sonho realizado e dos meus filhos também. Porque o sonho deles nunca foi de trabalhar pra ninguém, sempre teve o sonho de ter seu pedacinho de chão pra trabalhar, seu próprio emprego, porque o que representa pra gente é isso, porque ali você tem a moradia, além da moradia, você tem o seu emprego, aqui no assentamento você tem o seu emprego, porque o que você planta você vende, o que você cria você vende, então é o seu emprego, que você não vai trabalhar pra ninguém (SANTOS, 2005).

Destaca-se como o sentimento de Santos (2005) está mediado pelas condições da interseccionalidade. Aqui a mulher conta como sua vida, após o casamento, passou a sofrer as influências das circunstâncias de condições materiais do homem-marido, sinalizando para uma vida de limitações sociais e econômicas e no horizonte estava a meta do caminho de volta para o campo. Não há que se falar em opções, já que nas opressões do capital elas não existem na perspectiva de se poder selecionar livremente entre mais de uma coisa boa, então, nessa realidade, sem opções, essas pessoas escolhem o caminho aprendido e com o qual possuem vínculos seja de afeto, afinidade ou de trabalho. Nesse sentido, as coisas da cidade não lhes eram permitidas e a decisão de voltar para a roça, mesmo que não fosse aquela



pregressa, trazia-lhe maior sentimento de segurança, possibilidade de trabalho, o que, para ela, significava satisfação no cuidar da reprodução da vida.

Ah! Eu senti uma coisa muito boa [...] eu falei assim: ‘aqui que é nosso lugar, uai!’. A gente já começou a plantar em pouco tempo [...] aquele pouco tempo já era muito pra gente mesmo, sabe, plantava arroz, plantava feijão, plantava sustento pro acampamento, meu prazer [era] nós plantarmos pra sustentar o povo, sabe, que eu, às vezes, os outros não tinham coragem de trabalhar, mas a gente [família], [quando se] fazia as hortas coletivas, e a gente pegava [trabalhar nas hortas coletivas] pra ter prazer de colher aquela verdura pro pessoal não passar necessidade [e] ter uma alimentação melhor. Então, era o que nós, era o prazer nosso no acampamento, aí nós fazíamos era isso, então nisso nós ficamos no acampamento, ia se habituando no acampamento e o hoje [no assentamento] é a vida da gente mesmo, que nós sermos assentados nunca vamos esquecer, porque é a vida da gente (SANTOS, 2005).

Para o objetivo deste texto, importa ressaltar o que entendo por força e perseverança dessa mulher e que são emblemáticas, por exemplo, na criação de 1 filha e de 2 filhos, no sentido do despertar a consciência da necessidade de autonomia frente às opressões. Hoje, observo que a família de Santos, estendida às noras, genros, netos e netas e todos/as eles e elas dentro do assentamento usufruindo dos resultados de tantas lutas e resistências, produz alimentos orgânicos e agroecológicos não só para sua própria família como também para a sua comunidade e para a sociedade externa pela comercialização do que produzem. Ao mesmo tempo que observo uma narrativa que se aproxima de uma ética do cuidado, ou seja, norteadas por valores e princípios que levam para ações e planejamento do presente apontado para o futuro e que levam em consideração o bem viver, atravessada pelo cuidado com o ato de plantar e de se alimentar melhor, com qualidade, o que é motivador de desejos e prazeres para si, para sua família e para outras pessoas. Nesse sentido, Carol Gilligan analisa que:

Em meio a uma estrutura patriarcal, o cuidado é uma ética feminina. Em meio a uma estrutura democrática, o cuidado é uma ética humana. A ética do cuidado feminista é uma voz diferente em meio à cultura patriarcal porque ela junta razão com emoção, mente com corpo, self com relacionamentos, homens com mulheres, resistindo às divisões que mantêm uma ordem patriarcal (GILLIGAN apud KUHNEN, 2014, p. 07).

Ainda sobre a narrativa da entrevistada Santos (2005), revela-se a ciência de que a terra conquistada integra um projeto social, político, econômico e cultural maior, isto é, da reforma agrária popular, e essa necessita do sucesso do assentamento, o que podemos interpretar como uma consciência do que significa para ela ser uma assentada, apontando para o entendimento de compromissos assumidos com a sociedade e o estado. Convivendo e



acompanhando a senhora Eva Santos e sua família por longos anos, presenciei como valores morais, éticos, honestidade e honradez sempre nortearam as suas práticas na luta pela terra, o que, para mim, se realiza e é emblemático, por exemplo, ao encontrar mãe, pai, filha e filhos e suas respectivas famílias, um ao lado do outro, nas suas barracas abarrotadas de alimentos saudáveis na feira realizada toda semana em um bairro da cidade de Uberlândia e também no projeto do grupo de consumo *Cesta Semeando Agroflorestas*, que alia a produção da agricultura familiar, camponesa, sem agrotóxicos à sustentabilidade.

Vale ressaltar que em tempos da pandemia da Covid-19 as milhares de famílias do MST pelo país têm sido pedagogicamente exemplo de solidariedade ao realizem doações de toneladas de alimentos saudáveis para quem está em situação de vulnerabilidade econômica e social. Integrada nesse modelo de produção de alimentos saudáveis está a família Santos e demais assentados/as da região do Triângulo Mineiro. A dimensão e a publicidade de suas ações de lutas podem ser lidas, por exemplo, na reportagem:

No Triângulo Mineiro as cestas agroecológicas do MST levam produtos de seis assentamentos para a cidade a baixo custo. A iniciativa do setor de produção faz parte do projeto 'Semeando Agroflorestas', com o objetivo de garantir a alimentação saudável no campo e cidade, mesmo durante a quarentena. As entregas são realizadas em quatro regiões, na cidade de Uberlândia e chegam em cerca de 12 bairros, mais a região central. Com uma variedade de produtos da Reforma Agrária, que vão desde legumes e verduras, às frutas da estação e derivados, a Cesta possui três tamanhos: pequeno, médio e grande, que variam de cinco a 11 itens entregues semanalmente à população. Para o militante do setor de produção do MST, Juarez Moura, a iniciativa fortalece a região politicamente e economicamente, garantindo a segurança alimentar da população. 'A produção e a alimentação de produtos saudáveis nesses tempos de coronavírus ressalta ainda mais a importância da agricultura, do camponês para a sociedade, e é sim uma resposta positiva em relação à segurança alimentar.' explica Juarez. A cesta possui como lema 'Aliando a produção de alimentos saudáveis com a preservação do meio ambiente', e é produzida pela Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária (ACAMPRA), uma das cooperativas do MST que distribui alimentos na região. Em todo o Estado de Minas Gerais, as regionais Metropolitana e Zona da Mata também continuam produzindo cestas para a comercialização e alimentação da população mineira (AZEVEDO; TEIXEIRA, 2020, s/p).

Nessa divulgação, para além da importância de informações sobre produção, comercialização de alimentos saudáveis com preservação da natureza e do projeto Semeando Agroflorestas, há também a fala do entrevistado Juarez Moura, que é filho da senhora Eva Lima dos Santos, entrevistada por mim em 2005, o que revela as muitas conquistas dessa mulher, já que de fato foi e é possível ela viver no/do assentamento e ser ela mesma um exemplo a ser seguido para a sociedade interna e externa do assentamento, como também é



possível constatar os resultados das lutas dos seus 2 filhos e de sua filha, que também constituíram suas famílias autonomamente por meio do trabalho de cooperação na terra, como camponeses/as. Por tudo isso é que se evidencia a potência dessa mulher, representativa de tantas outras de sua família e comunidade, nas relações de gênero estabelecidas dentro da luta pela terra, sobretudo dentro do assentamento da reforma agrária popular.

Ainda é importante ressaltar outra passagem da entrevista com Santos (2005), que chama a atenção como marcador de sororidade, quando, ao lembrar do passado à luz das experiências do presente, buscou a memória das lutas ao lado de companheiros e companheiras, trazendo um fato em que há uma linha tênue entre a vida e a morte:

O maior conflito que a gente viveu foi lá na fazenda Garupa [...] não! Mas, teve outro, não foi esse que foi o maior, o maior foi o da fazenda São Domingo [...] porque aí chegou [...] foram os fazendeiros com a polícia, né, não deixou as pessoas montar nem os barracos, aí montaram os barracos nas estradas, não deixou nem as pessoas acabar de chegar, aí tiraram as pessoas [...] a pulso prenderam alguns, essa Ana Paula mesmo que nós estava acabando de comentar ganhou nenê de oito, sete meses do choque que [ela] levou, né, durante o acampamento, do despejo, aí ela ganhou o nenê de oito meses, nasceu no mesmo dia, ela passando mal as polícias não queria nem levar [para o hospital] aí o menino dela nasceu de oito mês com o susto que ela levou [...] aí foi esse que foi o maior conflito que teve [...] (SANTOS, 2005).

Dentre os muitos conflitos e confrontos com a polícia sofridos pelo seu grupo social, Santos (2005) acionou, em especial, esse acontecimento com a amiga, repleto de emoções e que nos faz pensar sobre dor, medo, angústia, humilhação, sexismo que essa mulher grávida (Ana Paula) vivenciou. Sentimentos da vítima que é provável não terem ficado só naquele dia, e geraram indignação e revolta nos que acompanharam a cena. O ocorrido tornou-se um marco em sua memória e ela quis registrá-lo para mim, ou seja, naquele momento, significava denunciar para a universidade os abusos e violências que sofreram juntas, com marcas profundas a ponto de se tornar para ela o maior conflito na luta pela terra, o que denota a empatia por parte de Santos.

Interessante como essas mulheres interpretam e descrevem o que consideram como tornar-se Sem Terra. Teresinha Gomes Nunes, em 2005, contou-me como sentia o pertencimento a um grupo social que a fortalecia frente às situações embaraçosas e por vezes com tentativa de humilhá-la.

Nunes: [...] Ainda há muita recriminação, tá! Que se você, assim, muitas vezes, eu não tenho vergonha de chegar [em um estabelecimento], eu falo mesmo. Mas, eu



vou te dar um exemplo, que esses tempos pra trás eu cheguei num supermercado e eu fui comprar, até eu fui comprar uns plásticos, uns trem lá. Aí a mulher perguntou: 'Onde você mora?' Eu falei: 'Uai! eu moro num assentamento', ela falou assim: 'Você é Sem Terra?' Eu falei: 'Com todo prazer!'. Aí eu senti que ela continuou conversando comigo e tudo, mas assim, ela sempre me fazendo pergunta [com] aquela cara, sabe? Assim, que não estava, assim, achou que Sem Terra é bicho de sete cabeça. Então, aí eu expliquei pra ela, *aí eu já entrei com gênero, sabe?* Conversei com ela e expliquei pra ela, porque igual, eu conversando muitas vezes eu consigo, a pessoa mesmo que ele não queira entender, mas [...] [a pessoa] vai ter um pouco de noção. Mas agora, aqueles que não sabem explicar... que *não tem assim o conhecimento*, às vezes, muitas vezes, pode até passar. Mas o pessoal [sociedade] ainda tá [...] Ixa! Tem muito preconceito [...].

Entrevistadora: [...] o que mexeu mais com seus costumes [...].

Nunes: Ah! Eu acho assim que mudou foi [...] porque igual aqui de eu chegar e conversar com as pessoas e entrar nas reunião, participar, trabalhar, viajar, trabalhar que assim antes eu tinha é [...] se fosse, se tivesse uma roda de homem assim pra mim entrar no meio e conversar e tudo, agora não! Pode ter muitos companheiros homem ali eu vou lá [e] converso com eles, [eu] discuto um negócio, [eu] discuto tudo. Não tem mais aquele preconceito, acabou, né?

Entrevistadora: Você militou no setor de gênero?

Nunes: Militei [...] mas através do MST e através do acampamento. É, então, eu vou poder estar numa roda de homem e se eu ver alguém ficar com preconceito eu falo pra ele: você também não é filho de pai e mãe [...] de homem e mulher, né? Então pra quê, né, tanto preconceito.

Entrevistadora: Você cresceu muito na luta?

Nunes: É, cresci e também até sobre conversar com as pessoas, sobre o MST [...] a pessoa [...] têm pessoas que falam mal, mas a maioria é porque [...] não sabe como é que é que acontece, então eu vou [e] explico pra pessoa, converso com a pessoa, a pessoa entende [...] ela passa a falar a língua da gente, aprende (NUNES, 2005).

Nunes (2005) demarca que age pela via do diálogo, buscando suas referências e seus aprendizados no MST, por exemplo, sobre relações de gênero. A tentativa de diálogo não partiu somente da sua localização de trabalhadora, camponesa, discriminada, Sem Terra, mas, antes, da sua condição de mulher, para, assim, conversar com mulheres e homens que possivelmente tentaram desqualificá-la. Diante de eventos que foram compreendidos por ela como sendo situações em que supostamente deveria recuar, Nunes (2005) reage com empoderamento, revelando sua práxis emancipadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, as experiências sociais das mulheres em luta pela reforma agrária popular no MST, que podem ser representativas, compartilhadas, ou não, por tantas outras desse e de outros movimentos sociais, visibilizam diversos modos e conteúdos que envolvem as lutas feministas no combate à opressão patriarcal capitalista. Aqui, tratou-se de mulheres que tomaram consciência de si mesmas, evidenciando suas potencialidades libertadoras na



condução de sua vida, ressaltando a pedagogia do Movimento de luta pela terra, que pode educar para a práxis emancipadora.

Certamente, não cabem visões românticas ou homogeneizadoras do tema analisado, já que há muito o que superar, mas de se reconhecer atitudes potentes a favor de um outro mundo. Consciente dos limites na aproximação entre as epistemologias feministas, pois elas possuem diferentes cosmovisões e especificidades, trata-se, portanto, de pensar possíveis diálogos entre elas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** São Paulo: Pólen, 2019.

AZEVEDO, Agatha; TEIXEIRA, Matheus. **MST fornece cestas agroecológicas à população urbana, no Triângulo Mineiro**. 2020. [online]. Disponível em: < <https://mst.org.br/2020/04/01/mst-fornece-cestas-agroecologicas-a-populacao-urbana-no-triangulo-mineiro/>>. Acesso em 01 ago. 2020.

BERTH, Joice. **O que é Empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CALADART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CABRAL, Rosana Maria dos Santos. **Entrevista** [concedida à autora deste artigo no acampamento Emiliano Zapata] em 23 set. 2001.

CARMO, Teresa Pacheco do. **Entrevista** [concedida à autora deste artigo no assentamento Emiliano Zapata] em 23 mar. 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. **Porque é que a interseccionalidade não pode esperar**. 2015. [online]. Disponível em: < <https://apidentidade.wordpress.com/2015/09/27/porque-e-que-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar-kimberle-crenshaw/>>. Acesso em 14 ago. 2020.

COSTA, Maria da Graça. **Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico**: diálogos ecofeministas e descoloniais. In: ROSENDO, Daniela et al. (Org.). *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.



IPEA. **Atlas da Violência 2020**. 2020. [online]. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em 12 set. 2020.

KHOURY, Yara Aun. **Narrativas orais na investigação da História Social**. São Paulo: Projeto História, n. 22, jun., 2001.

KUHNEN, Tânia Aparecida. **A ética do cuidado como teoria feminista**. 2014. [online]. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_T%C3%A2nia%20Aparecida%20Kuhn%20en.pdf>. Acesso em 15 ago. 2020.

LEAL, Tatiane. **A invenção da sororidade: sentimentos morais, feminismo e mídia**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Instituto Piaget, 1997.

MST. **Jornada de Luta das Mulheres do MST**. Setor de Gênero, 2006, p. 24-25.

_____. **Diversidade Sexual no MST: elementos para o debate**. Caderno de Formação – Setor de Gênero, n. 5, 2017, p. 21.

_____. **Quem Somos**. 2020 [online]. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 11 set. 2020.

NUNES, Teresinha Gomes. **Entrevista** [concedida à autora deste artigo no acampamento Emiliano Zapata] em 30 mar. 2005.

_____. **Entrevista** [concedida à autora deste artigo no acampamento Emiliano Zapata] em 05 fev. 2011.

PANERARI, Vanessa. **Vandana Shiva: indiana, filósofa, física, feminista e ativista**. 2017. [online]. Disponível em: <<https://medium.com/lado-m/vandana-shiva-indiana-fil%C3%B3sofa-f%C3%ADsica-feminista-e-ativista-7ceb2e5edb87>>. Acesso em 03 ago. 2020.

PINA, Rute. **Combate à discriminação: violência diária contra a população LGBT impulsiona iniciativas para ampliar debate**. 2016. [online]. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/20/lgbt-do-campo-a-cidade-movimentos-criam-estrategias-de-combate-a-discriminacao>>. Acesso em 02 abr. 2017.

SANTOS, Eva Lima dos. **Entrevista** [concedida à autora deste artigo no assentamento Emiliano Zapata] em 29 mar. 2005.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. 2006. [online] Disponível em:



<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2020.

SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. 2020. [online]. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/602416-ecofeminismo-artigo-de-vandana-shiva>>. Acesso em 02 out. 2020.

_____. **As mulheres e a construção do novo mundo**. 2013. [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XcKx-uE4xrw>>. Acesso em 02 ago. 2020.

_____. **Depoimento de Vandana Shiva O Tempo e o modo**. 2012. [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7G6c2QYf8e8>>. Acesso em 02 ago. 2020.

_____. **'Navdanya' - É nossa obrigação salvar as sementes**. 2012. [online]. Disponível em: <<https://sustentabilidadenaopalavraeaccao.blogspot.com/2012/06/vandana-shiva-navdanya-e-nossa.html>>. Acesso em 02 dez. 2020.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. **Reforma agrária no Triângulo Mineiro**: memória, histórias e lutas de assentados(as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980-2012). Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Assentamento Emiliano Zapata**: trajetória de lutas de trabalhadores na construção do MST em Uberlândia e Triângulo Mineiro (1990-2005). Dissertação (Mestrado). Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. **Campo/Cidade**: encantos, experiências e trajetórias de trabalhadores no município de Uberlândia (1970-2003). Monografia (Graduação). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

SOUZA, Raumi de. **Terra, Raça e Classe: A classe trabalhadora é negra**. 2017. [online]. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/11/27/terra-raca-e-classe-a-classe-trabalhadora-e-negra/>>. Acesso em 24 ago. 2020.

Artigo recebido em: fevereiro/2021

Artigo aceito em: julho/2021